

Um Olhar sobre a Cooperação Energética UE-Rússia: Desafios numa Nova Era Global da Energia

Pedro Camacho

Investigador associado do Instituto Português de Relações Internacionais (IPRI-UNL). Diretor da revista científica 'Análise Europeia, Revista da Associação Portuguesa de Estudos Europeus'. Licenciado em Estudos Europeus pela Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa e Mestre em Ciência Política e Relações Internacionais pela Universidade Nova de Lisboa (UNL).

Carla Fernandes

Professora Convidada da Faculdade Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa (FCSH-UNL), Investigadora Integrada, Grupo de Estudos Prospetivos, do Instituto Português de Relações Internacionais (IPRI-UNL) e Investigadora Coordenadora do projeto Geo4GER da Fundação para a Ciência e Tecnologia (FCT). É igualmente Investigadora Associada no Centro de Investigação em Segurança e Defesa (CISD) do Instituto Universitário Militar e integra o Grupo de Estudos sobre Segurança Energética do Instituto da Defesa Nacional (IDN). Doutorada em Relações Internacionais pela FCSH-UNL e Mestre em Estudos Chineses pela Universidade de Aveiro tem publicado diversos artigos e livros nas áreas de Segurança Energética e sobre a China.

Resumo

Neste artigo releva-se a importância do gás natural na atual matriz energética, através do protagonismo que este desempenha em muitas das disputas da geopolítica global. Por isso, a necessidade primeira, do enquadramento do espaço energético global e da formulação da importância da transição energética, nas valências da Segurança Energética dos Estados e dos modelos de sustentabilidade dos recursos existentes. Porque o gás natural «caminha por terra e por mar», dar-se-á destaque, ao protagonismo estratégico dos gasodutos e da recente revolução comercial, representada pelo gás natural liquefeito (GNL). O Nord Stream 2 servirá de exemplo sumário sobre a tipologia da disputa geopolítica entre as grandes potências: leia-se neste caso, a rivalidade entre os EUA e Rússia, no palco europeu, tendo o gás natural, como instrumento principal de influência e alinhamento estratégico.

Palavras-chave: União Europeia, Rússia, segurança energética, cooperação energética e Diálogo Energético.

Abstract

A Look at EU-Russia Energy Cooperation

Energy is one of the most important factors in the relation between the European Union (EU) and the Russian Federation. A historic relationship that involves two neighbors interconnected who face major energy security challenges. The importance of this relationship is evidenced by the strengthening of energy cooperation and its institutionalization with the creation of the Energy Dialogue in 2000. However, since 2014, the energy issue in the EU-Russia relationship has been influenced by geopolitical events and several institutional dialogue channels have been suspended. In light of the concept of energy security and energy cooperation, this article looks at EU-Russia energy cooperation, with a particular focus on the Energy Dialogue, its objectives, and its results. We will also identify and analyze possible measures to strengthen bilateral cooperation in the face of the challenges posed by geopolitical dynamics and energy globalization following a future re-establishment of cooperation.

Keywords: European Union, Russia, energy security, energy cooperation, and Energy Dialogue.

Introdução

A energia é, simultaneamente, um dos mais controversos e principais fatores da relação entre a União Europeia e a Federação Russa. Desde a década de 1960¹, a União Soviética (URSS) fornece energia para a Europa e, atualmente, a Rússia e a UE são extremamente interdependentes em termos de energia. Por um lado, a Rússia é o fornecedor de energia mais importante da UE² e o único fornecedor de alguns Estados-membros da UE. Por outro, a Rússia depende da Europa como mercado de energia e das receitas que as exportações de combustíveis fósseis geram para o orçamento do governo federal. Essa interdependência energética entre um dos principais consumidores mundiais de energia e um dos principais produtores também é caracterizada pela partilha de vulnerabilidades energéticas, como a mesma dependência de um número limitado de países de trânsito, o que os torna vulneráveis aos riscos de interrupção de fornecimento.

Diante dessa dependência mútua de energia, estes parceiros energéticos fortaleceram a sua relação sobre a energia através da criação de mecanismos que apoiam os seus interesses em matéria de segurança energética. Em 2000, lançaram o Diálogo Energético UE-Rússia para oferecer oportunidades para levantar “todas as questões de interesse comum relacionadas com o setor de energia, incluindo a introdução da cooperação em matéria de poupança energética, racionalização de infraestruturas de produção e transporte, possibilidades de investimento na Europa e relações entre países produtores e consumidores” (UE-Rússia, 2011a, p. 6). Após a crise do gás entre a Rússia e a Ucrânia em 2009, foi estabelecido um Mecanismo de Alerta Rápido, que “visa evitar interrupções adicionais no fornecimento de gás, petróleo ou eletricidade e garantir uma comunicação rápida” entre os parceiros estratégicos (UE-Rússia, 2011a, p. 14). Dois anos depois, em 17 de outubro de 2011, o Conselho Consultivo UE-Rússia para o Gás realizou a primeira das suas reuniões anuais para avaliar a evolução da cooperação a longo prazo entre a UE e a Rússia. Por fim, a Comissão Europeia e o governo russo estabeleceram uma perspectiva de longo prazo para as suas relações mútuas de energia, com a criação do Roteiro de Energia UE-Rússia para 2050, em março de 2013.

Nos últimos anos, eventos geopolíticos, como a intervenção militar da Rússia na Crimeia e a crise de gás Rússia-Ucrânia de 2014, mais uma vez animaram o debate sobre a polémica relação energética da Europa e da Rússia. Um debate que não é novo e tem sido reavivado repetidamente desde a interrupção temporária do fornecimento de gás em 2006 (Fernandes, 2015, p. 83). Os desentendimentos que ocorre-

1 A primeira importação de gás da URSS por gasoduto para a Áustria ocorreu em 1968.

2 De acordo com dados de 2017, 29,8% do petróleo, 38,7% do gás e 38,9% do carvão importado pela Europa provêm da Rússia (Comissão Europeia, 2019a, p. 26).

ram após esses eventos contribuíram para a redução da cooperação energética e a suspensão de vários canais institucionais das relações UE-Rússia. O Diálogo Energético UE-Rússia foi suspenso, mantendo-se as negociações trilaterais entre a Rússia, a UE e a Ucrânia para garantir o fornecimento de gás natural à Ucrânia.

Presentemente, o risco de uma nova crise de gás entre a Rússia e a Ucrânia aumenta à medida que o acordo de trânsito de gás natural entre ambos os países expira no final de 2019. Ao mesmo tempo, o fornecimento de gás russo pelo gasoduto Nord Stream 2 parece estar conturbado devido às objeções de alguns Estados-membros da UE.

Perante este cenário, e tendo em consideração que as relações energéticas com a Rússia apresentam um desafio e uma oportunidade, o objetivo deste artigo é analisar os mecanismos criados para fortalecer a cooperação energética, os seus objetivos e resultados, nomeadamente o Diálogo Energético, descrevendo o caminho da sua implementação até o momento da suspensão das relações bilaterais UE-Rússia em 2014. Considerando os conceitos de segurança energética e interdependência energética, identificaremos e analisaremos os fatores positivos e negativos da cooperação energética UE-Rússia, apontando os eventos que a influenciaram e os desafios colocados pela dinâmica geopolítica e pela globalização da energia.

Segurança Energética Europeia e Russa

A energia é crucial na agenda política internacional, um pré-requisito para a estabilidade política e o desenvolvimento económico e uma parte indivisível da segurança geral de um Estado (Geo4Ger, 2014). Para a Europa, é um desafio, devido ao aumento da procura global, à maior dependência das importações de energia, à falta de diversificação das fontes de energia e às insuficiências da sua rede de transmissão.

A UE é o maior consumidor de energia do mundo, mas com poucos recursos naturais³. Embora em termos absolutos entre 2004 e 2014, metade dos Estados-membros da UE tenha verificado uma expansão no seu nível de produção de energia primária, especialmente a partir de fontes de energia renováveis, a UE continua a depender cada vez mais das importações de energia primária para satisfazer a procura interna⁴.

3 Apenas 1% das reservas mundiais de petróleo, 1,5% de gás natural e 4% de carvão (Fernandes, 2015).

4 Em 2017, mais da metade do consumo interno bruto de energia da UE (55%) veio de fontes importadas (Comissão Europeia, 2019b). Em termos de energia primária, a produção foi distribuída por uma série de fontes diferentes, a mais importante das quais, em termos da dimensão da sua contribuição, foi a energia nuclear (28,7% do total), seguida das energias renováveis com 27,9% dos combustíveis sólidos (17,5%, em grande parte o carvão), gás natural (14,2%) e petróleo bruto (9,8%) (Comissão Europeia, 2018a).

Em termos de gás natural, essa dependência é combinada com a diversificação reduzida das suas fontes de fornecimento, com mais de dois terços (66%) do gás importado para a UE-28 provenientes de apenas dois países – a Federação Russa (40%) e a Noruega (26%) (Comissão Europeia, 2019b). O mesmo grau de dependência energética é manifestada em outros combustíveis fósseis, coma a Rússia, que fornece 30% dos combustíveis sólidos e 35% dos produtos petrolíferos. Como segundo maior fornecedor de produtos petrolíferos encontra-se a Noruega, com 10,8% (Comissão Europeia, 2018b, p. 132).

A Rússia é um parceiro estratégico para a UE no seu conjunto e para alguns Estados-membros, principalmente da Europa Central e do Sudeste Europeu, por ser a grande ou a única fonte de fluxos de energia⁵. Essa dependência deixa a UE vulnerável a interrupções no fornecimento, causadas por disputas políticas ou comerciais, ou falhas na infraestrutura. Além disso, essa vulnerabilidade está interligada com a dependência de um número limitado de países de trânsito para receber as importações de energia provenientes da Rússia. De fato, com exceção da Alemanha, que recebe gás natural da Rússia diretamente pelo gasoduto Nord Stream, a UE recebe gás russo principalmente de dois países de trânsito: Ucrânia e Bielorrússia⁶. As disputas de gás entre a Rússia e a Ucrânia (2006, 2009 e 2014) e as interrupções temporárias do fornecimento de gás que atingiram fortemente os Estados-membros da UE no leste europeu apontaram a necessidade de uma política energética europeia comum e a necessidade de fortalecer a segurança energética da UE em termos de fornecimento de gás. Para atingir esses objetivos, a UE tem desenvolvido um conjunto de medidas, tais como: (i) aumento da produção de energia primária a partir de energia renováveis; (ii) diversificação de países e rotas de fornecimento; (iii) diversificação do *mix* energético apostando no consumo de gás e energias renováveis; (iv) conclusão do mercado interno da energia e reforço de ligações nas infraestruturas energéticas para responder rapidamente a interrupções no fornecimento e (v) promoção da eficiência energética para alcançar os objetivos para a energia e o clima propostos para 2030 (COM (2014) 15 final).

Na estratégia da UE para diversificar fontes e rotas de fornecimento, foi priorizada a criação de corredores estratégicos alternativos de fornecimento à Europa até 2020: o corredor norte da Noruega, o corredor oriental da Rússia, o corredor da região mediterrânea a partir de África, e o Corredor de Gás Meridional. Os componentes

5 A extensão da dependência varia consideravelmente de quase 100% para países geograficamente ou historicamente próximos da Rússia (Finlândia, Estados Bálticos e Bulgária) a uma dependência insignificante para outros, como Espanha e Portugal (Comissão Europeia, 2019b).

6 Note-se que, através da Ucrânia, o gás russo é exportado para a Eslováquia, Chéquia, Hungria, Europa Ocidental, Sudeste da Europa e Turquia, enquanto a Bielorrússia fornece principalmente a Alemanha, Polónia e os Estados Bálticos.

desse corredor também serão fortalecidos pela preparação de opções para o fornecimento de quantidades adicionais significativas de gás natural liquefeito (GNL) à Europa (Fernandes, 2015, p. 87).

Em 2015, a Comissão Europeia lançou a União Europeia da Energia, com o objetivo de garantir energia segura, acessível e sustentável para os cidadãos e as empresas da UE e promover uma política mais unificada em questões globais de energia e parceiros energéticos estratégicos (COM (2015) 80 final). De facto, a falta de unidade de interesses e estratégias energéticas entre os Estados-membros da UE é um fator condicionante para a aplicação da política energética europeia, especialmente para a política energética da UE em relação à Rússia. Alguns Estados-membros da UE ainda preferem relações bilaterais com a Rússia em detrimento de uma política energética comum da UE, sendo a Alemanha o exemplo mais crucial, com o acordo com a Rússia para construir o gasoduto Nord Stream 2.⁷

Consciente dessa “falta de união” e das necessidades energéticas da Europa, a Rússia tem desenvolvido estratégias para aumentar a segurança do fornecimento e reduzir os riscos de trânsito e manter a sua posição dominante no fornecimento de energia para a Europa, em particular no fornecimento de gás. A estratégia de diversificação da Rússia de rotas de exportação para a Europa incluía o projeto South Stream, um oleoduto que competia com o projeto europeu Nabucco, mas cuja construção foi cancelada no início de dezembro de 2014. Posteriormente, as exportações de gás foram redirecionadas para a Turquia, através da costa russa do Mar Negro, e para a Grécia, através da construção de um oleoduto subaquático, o Turkish Stream⁸ (Fernandes, 2015, pp. 86-87). Esse gasoduto permitirá à Rússia, juntamente com o já existente Blue Stream, exportar gás para a Europa, sem ter a Ucrânia como país de trânsito.

Nas suas relações com os países consumidores europeus, a Rússia prefere uma abordagem bilateral nas negociações e baseia a sua cooperação com empresas europeias de petróleo e gás no princípio da reciprocidade, ou seja, empresas estatais russas permitem a participação de empresas estrangeiras na exploração e produção no setor de energia, por meio de licenças e acordos de partilha de produção, em troca de ativos nessas empresas (Locatelli, 2015, p. 319). A politização dos recursos

7 O Nord Stream 2 é o segundo gasoduto que conectará a Rússia diretamente à Alemanha através do Mar Báltico. Após o sucesso da Nord Stream, que está em operação desde 2011, o novo gasoduto será paralelo ao anterior, cobrindo 1.200 km. O novo gasoduto entregará gás do campo russo Bovanenkovo, na península de Yamal, e terá uma capacidade de 55 bilhões de metros cúbicos por ano, dobrando a capacidade do gasoduto existente. O início de sua atividade está programado para 2019 (Nord Stream 2, s.d.).

8 O Turkish Stream prevê a construção de dois gasodutos, cada um com a capacidade de 15,75 bilhões de metros cúbicos. O primeiro ramal fornecerá gás diretamente à Turquia, enquanto a segunda será usada para fornecer gás aos países europeus através da Turquia (RT, 2016).

energéticos na Rússia implica uma forte presença do Estado no setor, refletida nas mudanças legislativas do Kremlin em favor das reivindicações e estratégias russas de energia e na monopolização do transporte de gás pela Gazprom, entendida como uma “ferramenta de política interna e externa” (Dellecker, 2007). Essa exclusividade na produção e transporte de gás natural russo garante à Gazprom a liderança no mercado europeu, confirmando a Rússia como o maior fornecedor da UE. Essa posição é garantida pela manutenção de acordos bilaterais com os países europeus há mais de 25 anos, na forma de “contratos de longo prazo com preços indexados ao petróleo e cláusulas *take-or-pay*” (Gazprom, 2018).

Para a Rússia, a energia é extremamente importante para a sua política e economia (Mitrova, 2014, pp. 6-38), mas é também um grande desafio, devido à forte dependência do governo das receitas geradas pela energia⁹. A queda dos preços da energia nos últimos anos e o isolamento do país dos mercados internacionais, devido a sanções financeiras setoriais¹⁰, resultaram em um déficit significativo de receita na Rússia e demonstram, ao mesmo tempo, a grande dependência da economia russa no setor de energia.

A energia também representa para a Rússia uma fonte principal de energia no sistema internacional, uma fonte poderosa com origem na riqueza de hidrocarbonetos no seu território. As suas reservas de gás representam 19,8% das reservas mundiais, enquanto as reservas de petróleo representam aproximadamente 6,1% (BP, 2019, pp. 14 e 30). A Rússia é um dos maiores produtores mundiais de hidrocarbonetos¹¹, o maior exportador de gás do mundo e o segundo maior exportador de petróleo. Aproximadamente 58% das suas exportações são produtos energéticos¹², sendo a União Europeia o principal destino e representando cerca de 60% das exportações de petróleo da Rússia e mais de 75% das exportações de gás natural da Rússia em 2016 (EIA, 2017).

Não obstante o facto de haver disputas entre a Rússia e a Bielorrússia, a Ucrânia é o país de trânsito que, sem dúvida, acarreta um maior risco para os países consumidores europeus e para a Rússia, como país produtor-fornecedor. Isso significa que,

9 Em 2016, as receitas de petróleo e gás natural representaram 36% das receitas do orçamento federal da Rússia (EIA, 2017).

10 Desde 2015, a UE e a Rússia impuseram sanções na forma de congelamento de ativos. A UE impôs várias sanções à Rússia na forma de congelamento de ativos, sanções económicas aos setores bancário, de tecnologia de petróleo e armas, e proibição de vistos. A Rússia respondeu proibindo a importação de certos produtos agrícolas e alimentares da UE.

11 De acordo com a EIA (2017), em 2016, a Rússia foi o maior produtor mundial de petróleo bruto (incluindo condensado), o terceiro maior produtor de petróleo e outros líquidos e o segundo maior produtor de gás natural seco.

12 Os produtos energéticos abrangem petróleo bruto, derivados de petróleo, gasolina, *diesel*, combustíveis líquidos, carvão, coque, GNL, gás natural e eletricidade.

além da interdependência energética, estes dois atores compartilham a vulnerabilidade mútua da dependência de um número limitado de países em trânsito (Fernandes, 2015). E ambos procuram alternativas, apostando na diversificação de rotas e de consumidores (no caso da Rússia) e fornecedores (no caso da Europa).

O aumento do consumo mundial de energia, bastante pronunciado nos países asiáticos, tem representado uma oportunidade para a estratégia de diversificação energética da Rússia. As sanções internacionais lançadas contra a Rússia sobre a Ucrânia e a queda nos preços do petróleo abaixo dos US\$ 40 por barril pressionaram a economia russa e afetaram negativamente o setor de energia, especialmente no financiamento de novos projetos, como os projetos *offshore* no Ártico e de *shale gas*¹³. No entanto, e simultaneamente, ambos contribuíram para o reforço da Rússia *poovorot na vostok* (pivô para o leste)¹⁴. Países como a China¹⁵, o Japão e a Coreia do Sul aparecem como alternativas próximas, “famintas” por energia e com capacidade de financiar e investir na Rússia a montante, o que permitirá à Rússia diversificar o portfólio de compradores e reduzir a dependência do mercado europeu, bem como o próprio desenvolvimento das regiões orientais e alcançar um modelo mais equilibrado de exportação de energia.

A Segurança Energética e a Interdependência na Cooperação UE-Rússia

Apesar da sua importância para os formuladores de políticas e estudiosos, não há consenso sobre o que significa segurança energética¹⁶, mudando o seu significado de acordo com a localização geográfica dos países, a abundância ou ausência de recursos energéticos, o sistema político, a economia e as relações externas dos países. Historicamente, a literatura sobre segurança energética concentra-se na segurança do fornecimento e é apresentada como o acesso ao fornecimento de energia a

13 Segundo a EIA, as sanções, entre outras medidas, limitaram o acesso das empresas russas ao mercado de capitais dos EUA, visando especificamente quatro empresas de energia russas: Novatek, Rosneft, Gazprom Neft e Transneft. As sanções também proibiram a exportação para a Rússia de bens, serviços ou tecnologia em apoio a projetos de águas profundas no Ártico ou de *shale gas* (EIA, 2017).

14 A expansão para a Ásia-Pacífico é um objetivo comum das três estratégias energéticas russas (2020, 2030 e 2035) e, no rascunho da estratégia 2035, esse mercado representa 42% do petróleo, 43% do gás e 39% da energia total exportada da Rússia em 2035 (Shadrina, 2016, p. 11).

15 A Rússia e a China institucionalizaram a cooperação energética com a criação de um diálogo energético em 2008.

16 Benjamin K. Sovacool (2015), na introdução do *The Routledge Handbook of Energy Security*, apresenta 45 conceitos diferentes de segurança energética. Embora esses conceitos tenham algumas diferenças, especialmente nas dimensões privilegiadas, é um exemplo representativo da ambiguidade desse conceito.

preços acessíveis, visando evitar interrupções no fornecimento e minimizar os efeitos nos países consumidores do impacto de uma crise de fornecimento, se ocorrer. A definição de Daniel Yergin encaixa-se nessa visão tradicional de segurança energética, argumentando que o objetivo da segurança energética “é garantir fornecimentos adequados e confiáveis de energia a preços razoáveis, por forma a não comprometerem os principais valores e objetivos nacionais” (1988, p. 111).

Nas últimas décadas, houve uma mudança extraordinária nos desafios à segurança energética, minando os conceitos e políticas existentes. Para muitos autores, a visão tradicional de segurança energética é muito limitada e deve ser expandida para incluir outros fatores e mais desafios (Yergin, 2006; Silva, 2007; Fernandes, 2014). Ao mesmo tempo, é necessário reconhecer que a segurança energética é um fator influenciado pelas relações entre as nações e como elas interagem entre si, e que o surgimento de novos desafios à segurança leva à necessidade de criar um novo conceito de segurança energética. Nessa visão, muitos autores (Fernandes, 2014; Kaveshnikov, 2010) argumentam que o novo conceito, além de mais abrangente e multidimensional, também deve abranger as preocupações dos países produtores: exigir segurança.

Esta questão destaca a diferença entre segurança energética para países produtores e para países consumidores. Os primeiros enfatizam a segurança da procura, garantindo que a sua produção seja comprada a um preço justo por uma variedade de clientes e por um longo período de tempo, para que os orçamentos nacionais possam antecipar um fluxo de receita estável e previsível. Estes preferem, assim, manter o controlo máximo sobre as indústrias de energia, procurando captar investimentos nacionais ou estrangeiros suficientes para manter ou expandir a produção e garantir que as suas economias sejam diversificadas o suficiente, para que não dependam da flutuação dos preços da energia. Os segundos procuram a segurança do fornecimento, a garantia de encontrar fornecimentos constantes para as suas necessidades energéticas, por meio de uma diversidade de fornecedores e infraestruturas adequadas para o transporte dos recursos energéticos (Fernandes, 2014, p. 32).

A procura é um fator-chave para os países produtores/exportadores, pois o setor de energia é um dos mais importantes nas suas economias, contribuindo amplamente para o PIB e a estabilidade orçamental (Johansson, 2013, p. 202). Assim, os países produtores têm interesse em vender os seus produtos e gerar riqueza (Jonsen *et al.*, 2015, p. 49), enquanto, ao mesmo tempo, desejam manter a estabilidade de preços e o correto funcionamento das rotas de transporte. Essa visão é compartilhada pelos países consumidores, mesmo que o preço possa estar em disputa, uma vez que os países fornecedores desejam manter “o preço o mais alto possível, desde que não leve a perdas significativas na procura” (Johansson, 2013, p. 202). A segurança da procura requer as mesmas premissas que a segurança do forneci-

mento, mas também depende da disponibilidade e diversidade de consumidores dispostos a pagar esse preço (Jonsson *et al.*, 2015, p. 49).

A União Europeia, como um dos maiores consumidores mundiais, identificou a segurança do fornecimento de energia como um dos três pilares de sua política energética (COM (2006) 105 final) e recebeu uma menção específica no Tratado de Lisboa. A UE define-a como “garantir, para o bem-estar dos cidadãos e o bom funcionamento da economia, a disponibilidade física ininterrupta de produtos energéticos no mercado, a um preço acessível a todos os consumidores (privados e industriais), respeitando as preocupações ambientais e procurando o desenvolvimento sustentável” (COM (2000) 769 final).

Para a Federação Russa, a segurança energética é uma das principais diretrizes estratégicas da política energética a longo prazo, uma política baseada em três objetivos principais: maximizar o uso eficaz dos recursos energéticos naturais e o potencial do setor energético para sustentar o crescimento económico, melhorar a qualidade de vida da população e promover o fortalecimento das posições económicas do país no estrangeiro (MEFR, 2010). Na *Estratégia para a Energia até 2020*, adotada pela Federação Russa em 2003, a segurança energética é identificada como o “estado de proteção do país, dos seus cidadãos, sociedade, Estado e economia das ameaças ao fornecimento seguro de combustível e energia” e como “o fornecimento total e seguro de recursos energéticos para a população e a economia a preços acessíveis, que ao mesmo tempo estimulem a poupança de energia, a minimização de riscos e a eliminação de ameaças ao fornecimento de energia do país” (MEFR, 2003).

Embora esta *Estratégia para a Energia* não dê uma definição única e clara do significado de segurança energética, denota-se que a Rússia reconhece a segurança do fornecimento e a procura internacional como um grande desafio. No que diz respeito à procura internacional de energia, a *Estratégia para a Energia até 2030* apela a “relações estáveis” com os tradicionais e com os “novos mercados de energia” dos recursos energéticos russos (MEFR, 2010, p. 55), enquanto a *Estratégia para a Energia até 2035* (MEFR, 2017) reforça a defesa da diversificação dos mercados com a grande aposta nos mercados asiáticos.

Em relação à UE, ambas as estratégias (MEFR, 2010, p. 23; MEFR, 2017) dão grande importância ao mercado europeu como um dos maiores destinos das exportações energéticas russas, reconhecendo, igualmente, a importância da cooperação energética entre ambos e a necessidade de construção de um diálogo construtivo com a UE sobre a cooperação energética a longo prazo (MEFR, 2017, p. 60).

A necessidade de relações estáveis entre consumidores e produtores reside na interdependência energética entre países e na partilha de riscos e ameaças no setor energético global. Na reunião com os ministros da Energia do G8, em março de 2006, o presidente russo Putin enfatizou a importância dessa questão, defendendo a necessidade de harmonizar as relações entre todos os atores do mercado de energia e

defendeu que “a garantia de fornecimentos confiáveis deve ser apoiada por medidas tomadas para garantir uma procura estável” (Putin, 2006). Ao mesmo tempo, defendeu uma visão comum dos desafios globais de segurança energética, identificando os instrumentos necessários para harmonizar o relacionamento entre todos os participantes do mercado de energia: contratos de longo prazo entre produtores e consumidores; coordenar esforços para explorar e desenvolver novos depósitos e introduzir novas tecnologias; trocas de ativos entre empresas de energia e desenvolver a produção de energia usando recursos alternativos e renováveis (Putin, 2006). Desse modo, a segurança da oferta e a segurança da procura devem ser analisadas em conjunto no estudo das relações entre a UE e a Rússia, uma vez que estão interligadas e apenas políticas energéticas conjuntas podem integrar as preocupações de todos os atores envolvidos na segurança energética mundial.

A segurança energética real para Daniel Yergin requer “deixar de lado o sonho da independência energética e abraçar a interdependência” (2006, p. 71). Robert Keohane e Joseph Nye (1989, p. 9), os autores da teoria da interdependência complexa, definem a interdependência como uma situação em que “através das fronteiras do Estado ocorrem transações intensivas (fluxos de dinheiro, bens, pessoas e informações), implicando certas despesas”. Os autores também referem que “a interdependência na política mundial refere-se a situações caracterizadas por efeito recíproco entre países ou entre atores de diferentes países” (Keohane e Nye, 1989, p. 8). A sua teoria pode ser aplicada à segurança energética, pois os mercados estão interconectados e os atores são dependentes da energia. Segundo Umbach (2010, p. 1230), as relações de interdependência podem ser analisadas através de vários indicadores, como a balança comercial e o consumo de energia de um país, e podem ser alteradas ao longo do tempo devido às flutuações no mercado de energia e aos riscos e ameaças inerentes à segurança energética.

Dois dos conceitos centrais da teoria da interdependência – sensibilidade e vulnerabilidade – podem ser integrados na análise de segurança energética. A interdependência da sensibilidade é criada por interações dentro de uma estrutura de políticas e envolve graus de capacidade de resposta dentro de uma estrutura de políticas (Keohane e Nye, 1989, p. 12). No relacionamento UE-Rússia, ambos os parceiros percebem essa sensibilidade e buscam, simultaneamente, ser menos dependentes um do outro ou intensificar o seu relacionamento com outros países. Por sua vez, a vulnerabilidade pode ser definida como a responsabilidade de um ator de sofrer os custos de eventos externos (Keohane e Nye, 1989, p. 13). No caso da Rússia e da UE, diante da alta vulnerabilidade energética, ambos pretendem fortalecer a cooperação energética bilateral com a criação de mecanismos que garantam um fornecimento e uma procura de energia constantes e estáveis.

Também é importante observar que a interdependência pode ser positiva ou negativa. A primeira, de acordo com Keohane (1986, p. 8), consiste em “trocas de valores

aproximadamente equivalentes, nos quais as ações de cada uma das partes dependem das ações anteriores de outros, da mesma forma que o bem é sempre retribuído”. Sendo assim, isso só é alcançado através de um diálogo bem estabelecido entre os dois parceiros. O segundo é caracterizado pela disposição dos países de rescindir a sua situação de dependência quando a relação não proporciona benefícios mútuos e cada parceiro procura apenas satisfazer os seus próprios interesses (Keohane 1986, p. 8).

A Cooperação Energética UE-Rússia

Perante a interdependência energética e pela consciência da importância do petróleo e gás natural no desenvolvimento e crescimento económico da União Europeia e da preponderância do mercado europeu para a sustentabilidade do setor energético russo, a UE e a Rússia propuseram-se fortalecer a cooperação, com vista à harmonização progressiva dos seus mercados de energia e a garantia mútua segurança energética.

Este objetivo tinha sido incorporada no Acordo de Parceria e Cooperação (APC) (Comunidade Europeia, 1997), a base jurídica das relações UE-Rússia, em vigor desde 1 de dezembro de 1997¹⁷. O artigo 65.º deste acordo é dedicado, especificamente, à cooperação no campo da energia, destacando, entre outras, as áreas da formulação de políticas energéticas, a promoção da poupança e eficiência energética, a melhoria da qualidade e segurança do fornecimento de energia, a modernização da infraestruturas energéticas – incluindo a interconexão das redes de fornecimento de gás e eletricidade –, a melhoria das tecnologias energéticas no fornecimento e uso final em todos os tipos de energia e a formação e gestão técnica no setor energético. Implicitamente, este artigo confirmava a Rússia como principal fornecedor da Europa, tendo posteriormente ter sido a base para a institucionalização da parceria estratégica no setor de energia, então denominado Diálogo Energético.

Este Diálogo foi estabelecido em 30 de outubro de 2000, como resultado da 6.ª Cimeira da UE-Rússia, cumprindo o objetivo de “estabelecer regularmente um diálogo sobre energia que permita avançar na definição de uma parceria energética” (Comissão Europeia, 2000). Com este, os dois parceiros propuseram colaborar em temas de interesse comum, como a segurança do fornecimento de energia do continente europeu, a cooperação sobre a poupança energética, a racionalização das

17 O Acordo de Parceria e Cooperação criou a estrutura política para consultas regulares entre os dois vizinhos, sendo o principal objetivo era fortalecer os laços políticos, comerciais, económicos e culturais. Foi estabelecido por um período inicial de 10 anos. Desde 2007, é renovado anualmente, devido às dificuldades expressas por ambas as partes na criação de um novo documento para substituí-lo.

infraestruturas de produção e transporte, as possibilidades de investimento na Europa e as relações entre países produtores e consumidores.

A UE também procurou promover reformas no mercado energético russo, a fim de alinhá-lo aos padrões internacionais, tornando-o mais transparente e não-discriminatório e criando um ambiente propício para atrair investimento estrangeiro no setor energético. Duas questões importantes estavam na agenda: a atualização dos preços na Rússia, que são bastante reduzidos em comparação com os preços mundiais, e a diferença na natureza dos mercados internos de energia, onde a UE promove e constrói um mercado livre e unificado, em contraste com o mercado russo, que é monopolista e influenciado pelo Estado (Genç, 2009, pp. 20-21).

Nos seus primeiros anos (2000-2005), o Diálogo Energético foi reduzido aos seus dois coordenadores, cada um representando uma das partes, mostrando a sua natureza intergovernamental. As suas atividades limitaram-se à elaboração de relatórios nas vésperas das cimeiras bilaterais e do Conselho Permanente de Parceria, demonstrando que “não havia sido estabelecida inicialmente uma cooperação regular” (Romanova, 2014, p. 47). Em 2005, a estrutura organizacional foi reformulada, com a inclusão de grupos temáticos sob a direção dos coordenadores, em áreas como investimento, comércio de energia, infraestruturas e eficiência energética. Essa estrutura foi reorganizada novamente em 2007, 2011 e 2014, devido às interrupções no fornecimento de gás à Ucrânia e num esforço para adaptar o Diálogo aos desafios da atualidade (Camacho, 2016).

As discussões dos grupos temáticos estiveram relacionadas com três tópicos importantes: infraestruturas, investimento e eficiência energética. A segurança do transporte de gás e petróleo foi considerada essencial para a segurança energética. As partes advogaram o desenvolvimento de novos projetos estratégicos de produção e transporte de energia, como uma questão de interesse comum, e o acesso não-discriminatório às redes de transporte pela Rússia para garantir a sua eficácia. As discussões sobre este assunto também enfocaram os programas e estratégias energéticos, como o Programa Europeu de Recuperação de Energia e as Redes Transeuropeias de Energia, e as iniciativas legislativas da UE, nomeadamente o regulamento sobre segurança do aprovisionamento de gás e o pacote legislativo sobre infraestruturas (Comissão Europeia, 2010, p. 23).

Os gasodutos Nord Stream e Yamal-Europa (secção polaco-bielorrussa), o campo de produção de Shtokman, e os oleodutos Burgas-Alexandroupolis e Druzhba (secção Adria) foram considerados como projetos de interesse comum. Como anteriormente referido, a diversificação das rotas de transporte é crucial para a UE e a Rússia, pelo que, desta forma, ambos consideraram necessário criar condições para o desenvolvimento desses projetos. Nesse sentido, sugeriu-se que a rede de transporte estivesse sujeita a monitorização constante para a definição de projetos prioritários, a fim de atualizar e otimizar a rede, conduzida pelas partes e pelos países

de trânsito (UE-Rússia, 2002a, pp. 1-2). Foi aprovado um investimento de 3 milhões de euros em 2002 para a melhoria da rede, como parte da Assistência Técnica à Comunidade de Estados Independentes (TACIS) (UE-Rússia, 2004, p. 6).

O desenvolvimento de projetos está intimamente ligado a investimentos em larga escala, essenciais para renovar e expandir a rede de infraestrutura de transporte e resolver problemas técnicos resultantes do seu envelhecimento e baixa capacidade para responder à procura europeia (Genç, 2009, p. 27). Os contratos de longo prazo *take or pay* foram mantidos na sua essência, como garantia para investimentos futuros. Ambas as partes reconheceram que a sua existência garantiu a segurança do fornecimento de gás da Rússia na Europa e o investimento necessário para manter e desenvolver as infraestruturas de produção e transporte do setor energético (UE-Rússia, 2001, p. 3). A Comissão Europeia enfatizou que esses contratos são “indispensáveis” e, portanto, negociaria a existência da “cláusula de destino”, desejando que ela fosse alterada ou mesmo excluída (UE-Rússia, 2002a, p. 2).

O investimento foi enquadrado em várias discussões do Diálogo Energético, onde ambas as partes declararam que era fundamental atrair investimento. A eliminação de barreiras legais e fiscais e os mecanismos de financiamento de projetos criariam um ambiente favorável ao investimento no setor de energia, com vista à otimização e expansão de infraestruturas. A entrada em vigor do Protocolo de Quioto ofereceu oportunidades para investimentos energeticamente eficientes e económicos, que beneficiem de uma estreita cooperação industrial em matéria de boas práticas e tecnologias de energia, considerando o aumento do preço do petróleo e de outras *commodities* na década anterior.

A nível fiscal, a Rússia concordou em implementar medidas para melhorar o quadro regulatório, como a criação de nova legislação e a aplicação de novas regras nos Acordos de Partilha de Produção, a fim de criar condições para a atração de investimento a curto prazo (UE-Rússia, 2001, p. 3). As mudanças na estrutura tributária permitiriam o acesso não-discriminatório à rede e facilitariam a atividade empreendedora no setor por meio de *joint-ventures* ou concessões. Posteriormente, os procedimentos administrativos para investidores foram reformulados e a Rússia procurou criar condições competitivas para o investimento, embora sem sucesso.

O acesso ao investimento continuou a oferecer vários problemas, tendo sido desenvolvido um mecanismo para reduzir os riscos não comerciais de investimentos. Uma “partilha de riscos apropriada” na construção de infraestruturas e no desenvolvimento de campos de produção foi tomada como fator decisivo para garantir investimentos em projetos dessa magnitude (UE-Rússia, 2006a, p. 4). Em 2008, a Rússia adotou novas medidas fiscais para estimular o setor, comprometendo-se a criar os regulamentos necessários para a implementação da sua nova política de investimento estrangeiro no setor de energia. Por outro lado, a UE salientou que a troca de ativos era “um mecanismo importante de investimento

mútuo nos setores da energia” de ambas as partes e, desta forma, garantiu o acesso de terceiros à rede europeia, apesar das preocupações expressas pelo lado russo em relação à nova legislação sobre o mercado interno europeu da energia (UE-Rússia, 2008, p. 5).

O diálogo permitiu uma significativa cooperação na eficiência energética. Esta cooperação depende da rentabilidade da produção e transporte de energia, desafiada pelo aumento do consumo doméstico russo. Esse aumento pode representar um risco para a segurança energética da UE, reduzindo a quantidade de gás disponível para exportação. Tal cenário pode levar a UE a tentar influenciar o consumo de energia russo, promovendo iniciativas para eficiência e poupança energética. A UE procurou, assim, resolver esta questão a longo prazo, perante o fraco investimento em infraestruturas *upstream* no setor russo, que, devido ao seu estado amplamente obsoleto, oferecia um enorme potencial de poupança energética por meio de investimentos, práticas e tecnologias apropriadas, abrindo uma nova porta na cooperação (Boute, 2013, pp. 1024-1025).

Para o efeito, foi recomendada a implementação de programas-piloto nas regiões produtoras de Archangelsk e Astrakhan, que beneficiaram de financiamento europeu para a eficiência dos seus sistemas e instalações de aquecimento, no valor de 2,8 milhões de euros (Comissão Europeia, 2008, p. 16). Em outubro de 2002, Kaliningrado foi incluída, dado o seu potencial de poupança energética. Para além disso, quatro anos depois, foram criados incentivos fiscais para a implementação de tecnologias eficientes em edifícios, dando origem a um plano de ação para a criação de um fundo de investimento e o estabelecimento de parcerias (UE-Rússia, 2006b, pp. 2-9).

A UE e a Rússia reforçaram o papel da eficiência energética com a implementação da Iniciativa de Eficiência Energética UE-Rússia, que procurou combinar a eficiência energética com crescimento económico, diversificar os serviços energéticos, harmonizar a legislação e contribuir para a proteção ambiental. Para aumentar o potencial de poupança energética na Rússia, foi recomendado um aumento da eficiência energética nos transportes e na habitação, a criação de incentivos fiscais e financeiros, a redução de desperdícios na produção e transporte de energia e um registo estatístico rigoroso (UE-Rússia, 2006a, p. 6).

A iniciativa incluiu vários projetos para a harmonização de legislação e regulamentação sobre eficiência energética e energia renovável, cooperação regional e internacional nessa área, captação de investimentos, intercâmbio de informações e desenvolvimento de programas-piloto e uso de gás associado no consumo de energia. Para atingir esses objetivos, foi estabelecida, no âmbito do G8, a Parceria Internacional para a Cooperação em Eficiência Energética e vários projetos financiados pela UE foram implementados no âmbito dos seus programas de vizinhança, incluindo a implementação de normas de aquecimento urbano na Rússia, a colheita e expor-

tação de turfa, o incremento do uso de energia eólica na Rússia (EastWind) e o desenvolvimento de BIO-INTEGRATION, uma rede de inovação e produção de empresas de bioenergia russas e finlandesas (UE-Rússia, 2010a, p. 15).

Para garantir o cumprimento dos seus objetivos e apoiar o trabalho desenvolvido pelos grupos temáticos, o Diálogo criou alguns mecanismos promissores. Em fevereiro de 2011, foi criado o Conselho Consultivo de Gás com o objetivo de “avaliar as tendências futuras no setor de gás, reduzir riscos e aproveitar oportunidades de cooperação” (UE-Rússia, 2011b, p. 1). O papel deste conselho consistia em apoiar o trabalho dos coordenadores do Diálogo e fornecer um fórum transparente e independente de discussão. Essa transparência foi garantida pela diversidade de membros, entre os quais representantes governamentais e de organizações internacionais, especialistas, empresários e acadêmicos. A sua existência foi tida como crucial para “evitar conflitos e mal-entendidos sobre o gás nas relações entre a Rússia e a UE” (UE-Rússia, 2012, p. 4). As questões discutidas deviam corresponder ao plano de trabalho anual, compreendendo os mercados de gás, a sua produção e transporte, a dinâmica de fornecimento e consumo e as infraestruturas. Os resultados de cada reunião foram materializados em conclusões ou recomendações sobre as perspectivas futuras do Diálogo e o trabalho a ser realizado pelos grupos temáticos. Até 2014, este Conselho contribuiu ativamente para o capítulo sobre gás do *Roteiro para a Energia UE-Rússia até 2050*, para a discussão das implicações do terceiro pacote energético proposto pela UE e para o delineamento dos futuros projetos de interesse comum.

Após 13 anos de cooperação positiva, em março de 2013, a UE e a Rússia elaboraram o roteiro *Cooperação Energética UE-Rússia até 2050*, no qual concordaram com a criação de uma estratégia comum para a energia, caminhando para “um Espaço Pan-Europeu da Energia”, com uma rede de infraestruturas integrada, mercados abertos, transparentes, eficientes e competitivos, resultando na necessária contribuição para a garantia da segurança energética e alcançar os objetivos de desenvolvimento sustentável da UE e da Rússia” (UE-Rússia, 2013, p. 5). A estratégia visava beneficiar ambas as partes do ponto de vista político e económico e estava dividida em diferentes áreas de cooperação: eletricidade, gás, petróleo, energias renováveis, eficiência energética e cenarização e projeções de energia. Para cada uma dessas áreas foram definidos objetivos, ações e recomendações por três períodos distintos, com horizonte até 2020, 2030 e 2050. No que diz respeito ao gás, o principal objetivo era “reduzir a incerteza ao que podia ser considerado um ‘nível tolerável’ para ambas as partes”, mitigando riscos políticos, de oferta e procura, infraestruturais e regulamentares (UE-Rússia, 2013, p. 13). Por outro lado, ambos os parceiros desejavam “uma integração progressiva do funcionamento das infraestruturas” e o “desenvolvimento harmonizado de mercados” para o setor do petróleo (UE-Rússia, 2013, p. 19).

O sucesso dessa cooperação baseou-se, igualmente, no desenvolvimento tecnológico, cujo principal progresso foi alcançado com a criação do Centro Tecnológico de Energia Comum. Este centro, inaugurado a 5 de novembro de 2002 em Moscovo, veio a permitir o intercâmbio de conhecimento, o reconhecimento mútuo de normas e padrões técnicos, a implementação de parcerias industriais e o financiamento de projetos (UE-Rússia, 2001, p. 6). A sua atividade incluiu o desenvolvimento da eficiência e poupança energética e a organização de vários eventos para discutir novas tecnologias energéticas, qualidade do gás, regulamentação técnica, energias renováveis, eficiência energética e promoção de investimentos. O Centro colaborou, também, com os grupos temáticos do Diálogo e preparou vários estudos no campo da energia, tendo sido extinto no final de 2006, devido à carência de financiamento.

Apesar de todos estes progressos, a característica mais visível do Diálogo Energético deu-se com a criação do Mecanismo de Alerta Rápido, após as interrupções no fornecimento de gás à Ucrânia em 2006 e 2009. Estabelecido em 16 de novembro de 2009, o mecanismo permite “uma avaliação antecipada de riscos e problemas potenciais relacionados ao fornecimento e procura” de energia, bem como “a prevenção e reação rápida em caso de uma ameaça ou situação de emergência”, relacionada com o fornecimento de gás russo à UE através dos países de trânsito (UE-Rússia, 2009b, p. 1). Em 24 de fevereiro de 2011, os coordenadores do Diálogo assinaram um memorando para atualizar o mecanismo, sendo estipulado que a situação de emergência deveria ser superada por uma ação concertada das partes, com a possibilidade de órgãos de decisão da UE e da Rússia intervirem (UE-Rússia, 2011c, p. 7).

Considerações Finais

Atualmente, e a médio e longo prazo, a UE e a Rússia são e serão energeticamente interdependentes. Por um lado, a Europa beneficia dos fornecimentos de combustíveis fósseis russos, especialmente de gás, perante um consumo primário europeu crescente; por outro, a Rússia beneficia dos investimentos europeus, das transferências de tecnologia e da procura crescente de energia do seu maior mercado de exportação.

Compartilhando os desafios inerentes à segurança energética, possuem simultaneamente, não só diferentes objetivos para as suas estratégias energéticas, como também perceções distintas sobre a natureza dessa interdependência. Por sua vez, essa interdependência é negativa, com ambos os atores a procurem ser mais independentes, reduzindo a relação energética existente através da diversificação de parceiros e da procura de novos mercados. Bruxelas procura diversificar o aprovisionamento – fontes de energia, fornecedores e rotas –, aumentando a produção endó-

gena através das energias renováveis, diversificando o consumo de energia primária e apostando no gás natural e liquefeito. Nessa linha, há um reforço da interligação do mercado energético europeu, com a criação de corredores energéticos e a procura de fornecimento em outras áreas geográficas existentes, atendendo à potencialidade dos países do Cáucaso e Ásia Central, África e Médio Oriente, assim como às fontes de energia não-convencionais, como o gás de xisto dos EUA.

Enquanto isso, Moscovo reforça a dependência que alguns países europeus têm, através da construção de gasodutos como o Nord Stream 2, apostando simultaneamente nos mercados consumidores crescentes asiáticos, especialmente a República Popular da China, um país com grande capacidade de investimento e, ao mesmo tempo, que compartilha os mesmos valores e visões russos de um mundo multipolar. O mercado asiático pode vir a representar um modelo mais equilibrado para a exportação de energia da Rússia nos próximos anos.

Contudo, tanto a UE como a Rússia reconhecem a importância que cada um representa para o outro em termos de energia, sendo que, o reflexo dessa necessidade mútua é visível com a criação de mecanismos de cooperação energética, como foi em 2000, com o estabelecimento do Diálogo Energético. No entanto, apesar do sucesso de algumas medidas, parte dos objetivos desse mecanismo de cooperação não foram cumpridos, devido a fatores inerentes ao mesmo e às próprias mudanças geopolíticas que enfraqueceram o papel da cooperação energética nas relações bilaterais.

Das várias questões abordadas no Diálogo salienta-se o investimento e o papel dos contratos de longo prazo como forma de garantir esse investimento, os projetos estratégicos de interesse comum, a eficiência energética e a segurança energética. Esses debates confirmaram o papel decisivo do Diálogo na promoção da comunicação entre a UE e a Rússia sobre energia, em oposição à opacidade da década de 1990.

No entanto, uma das questões mais prementes para a segurança energética da UE e da Rússia continua a ser o papel dos países de trânsito, o “calcanhar de Aquiles” da estratégia energética comum, que nunca foi discutido em nenhum dos mecanismos de cooperação energética. Nessa linha, não fora sequer equacionada a participação dos países de trânsito, especialmente a Bielorrússia e a Ucrânia, na mesa de negociações do Diálogo Energético.

A longo prazo, a Rússia e a Europa manterão uma relação energética complementar para além do gás natural. Uma cooperação energética efetiva conjunta será fundamental para manutenção e adaptação da relação aos novos e emergentes padrões de procura, fornecimento e transporte de energia, num quadro de transição energética de ambos os parceiros e a nível mundial.

Referências

- Boute, A., 2013. Energy Efficiency as a New Paradigm of the European External Energy Policy: The Case of the EU-Russian Energy Dialogue. *Europe-Asia Studies* [em linha], 65(6), pp. 1021-1054. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1080/09668136.2013.797659> [consultado em 11 de janeiro de 2019].
- BP, 2019. *BP Statistical Review of World Energy 2019*, 68th edition [pdf]. Londres: BP Statistical Review of World Energy. Disponível em BP [website] <https://www.bp.com/content/dam/bp/businesssites/en/global/corporate/pdfs/energy-economics/statistical-review/bp-stats-review-2019-full-report.pdf> [consultado em 12 de outubro de 2019].
- Camacho, P., 2016. *A Energia na relação União Europeia-Rússia: 2000-2015*. Dissertação de mestrado. Lisboa: Universidade Nova de Lisboa.
- Comissão Europeia, 2019a. *EU Energy in Figures: Statistical Pocketbook 2019* [pdf]. Luxemburgo: Publications Office of the European Union. Disponível em Publications Office of the European Union [website] https://op.europa.eu/en/publication-detail/-/publication/e0544b72-db53-11e9-9c4e-01aa75ed71a1/language-en?WT.mc_id=Searchresult&WT.ria_c=37085&WT.ria_f=3608&WT.ria_ev=search [consultado em 12 de outubro de 2019].
- Comissão Europeia, 2019b. *Shedding light on energy in the EU: A Guided Tour of Energy Statistics, 2019 Edition*. Eurostat [em linha]. Disponível em: <https://ec.europa.eu/eurostat/cache/infographs/energy/index.html> [consultado em 12 de outubro de 2019].
- Comissão Europeia, 2018a. *Energy production and imports*. Eurostat statistics explained. Disponível em Eurostat https://ec.europa.eu/eurostat/statistics-explained/index.php/Energy_production_and_imports [Consultado em 12 de outubro de 2019].
- Comissão Europeia, 2018b. *The EU in the world: 2018 Edition* [pdf], abril. Luxemburgo: Publications Office of the European Union. Disponível em Publications Office of the European Union [website] <https://ec.europa.eu/eurostat/documents/3217494/9066251/KS-EX-18-001-EN-N.pdf/64b85130-5de2-4c9b-aa5a-8881bf6ca59b> [consultado em 12 de outubro de 2019].
- Comissão Europeia, 2010. *EU-Russia Common Spaces – Progress Report 2009* [pdf]. Disponível em: http://www.stgaterus.eu/_media/commonsaces_prog_report_2009_en.pdf [consultado em 12 de outubro de 2019].
- Comissão Europeia, 2008. *EU-Russia Common Spaces: Progress Report 2007* [pdf]. Disponível em: http://www.enpiinfo.eu/library/sites/default/files/attachments/commonsaces_prog_report2007.pdf [consultado em 12 de outubro de 2019].
- Comissão Europeia, 2000. *EU/Russia Summit Joint Declaration on strengthening dialogue and cooperation on political and security matters in Europe* (IP/00/1239). Press release, 30 October. Disponível em: http://europa.eu/rapid/press-release_IP-00-1239_en.htm?locale=en [consultado em 12 de outubro de 2019].
- COMUNICAÇÃO COM (2015) 80 final. *Uma estratégia-quadro para uma União da Energia resiliente dotada de uma política em matéria de alterações climáticas virada para o futuro*. Comuni-

cação da Comissão ao Parlamento Europeu, ao Conselho, ao Comité Económico e Social Europeu, ao Comité das Regiões e ao Banco Europeu de Investimento, de 25 de fevereiro de 2015.

COMUNICAÇÃO COM (2014) 15 final. *Um quadro político para o clima e a energia no período de 2020 a 2030*. Comunicação da Comissão ao Parlamento Europeu, ao Conselho, ao Comité Económico e Social Europeu e ao Comité das Regiões.

COMUNICAÇÃO COM (2006) 105 final da Comissão. *Livro Verde: Estratégia europeia para uma energia sustentável, competitiva e segura*, de 8 de março de 2006.

COMUNICAÇÃO COM (2000) 769 final da Comissão. *Livro Verde: Para uma estratégia europeia de segurança do aprovisionamento energético*, de 29 de novembro de 2000.

Comunidade Europeia, 1997. Acordo de Parceria e Cooperação que estabelece uma parceria entre as Comunidades Europeias e os seus Estados-membros, por um lado, e a Federação da Rússia, por outro. *Jornal Oficial das Comunidades Europeias*, L 327, PT, de 28 de novembro, pp. 3-46.

Dellecker, A., 2007. "Kremlin Inc.": le système juridique au service de l'industrie énergétique. *Politique Étrangère*, n° 4, pp. 851-862.

Energy Information Administration (EIA), 2017. *Country Analysis Brief: Russia* [pdf]. U. S. Energy Information Administration (EIA), Last Updated: October 31. Disponível em EIA [website] https://www.eia.gov/beta/international/analysis_includes/countries_long/Russia/russia.pdf [consultado em 12 de outubro de 2019].

Fernandes, C., 2014. *China Hoje – Energia e Relações Internacionais. As Relações com os Países de Língua Portuguesa*. Tese de Doutoramento. Lisboa: FSCH-UNL.

Fernandes, C., 2015. The Caspian basin challenges to the Europe's supply strategy: Opportunities to Portugal. *Relações Internacionais*, n.º 46, pp. 83-99.

Fundação para a Ciência e Tecnologia (FCT), 2014. Projeto de investigação: *A Geopolítica do Gás e o Futuro da relação Euro-Russa – Geo4Ger*. FCT – PTDC/IVC-CPO/1295/2014.

Gazprom, 2018. *Gas marketing in Europe*. Gazprom [em linha], 2018 Annual Report. Disponível em: <http://www.gazprom.com/about/marketing/europe/> [consultado em 27 de setembro de 2019].

Geç, S., 2009. Energy Nexus between Russia and the EU: Competition and Dialogue. *Akademik Arastirmalar Dergisi*, n.º 40, pp. 15-31.

Johansson, B., 2013. A broadened typology on energy and security. *Energy* [em linha], 53, pp. 199-205. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1016/j.energy.2013.03.012> [consultado em 10 de julho de 2019].

Jonsson, D. K., Johansson, B., Mansson, A., Nilsson, L. J., Nilsson, M. e Sonnsjö, H., 2015. Energy security matters in the EU Energy Roadmap. *Energy Strategy Reviews*, 6, pp. 48-56. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1016/j.esr.2015.03.002> [consultado em 10 de outubro de 2019].

- Kaveshnikov, N., 2010. The issue of energy security in relations between Russia and the European Union. *European Security*, 19(4), pp. 585-605.
- Keohane, R. e Nye, J., 1989. *Power and Interdependence*. Nova Iorque: Harper Collins.
- Locatelli, C., 2015. EU-Russia trading relations: the challenges of a new gas architecture. *European Journal of Law and Economics*, 39(2), pp. 313-329. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1007/s10657-013-9423-y> [consultado em 11 de maio de 2019].
- Ministério da Energia da Federação Russa (MEFR), 2003. *Energy Strategy of Russia for the period until 2020*. Adotado por Decisão do Governo da Federação Russa N.º 1234-r. 28 de agosto de 2003.
- Ministério da Energia da Federação Russa (MEFR), 2010. *Energy Strategy of Russia for the period up to 2030* [pdf]. Approved by decree N° 1715-r of the Government of the Russian Federation dated 13 November 2009. Disponível em: [http://www.energystrategy.ru/projects/docs/ES-2030_\(Eng\).pdf](http://www.energystrategy.ru/projects/docs/ES-2030_(Eng).pdf) [consultado em 2 de março de 2019].
- Ministério da Energia da Federação Russa (MEFR), 2017. *Russian Energy Strategy Up to 2035*. Disponível em: <https://minenergo.gov.ru/documents/zakon> [consultado em 2 de março de 2019].
- Mitrova, T., 2014. The Political and Economic Importance of Gas in Russia. Em J. Henderson and S. Pirani, eds., *The Russian Gas Matrix: How Markets Are Driving Change*. Oxford: Oxford University Press, pp. 6-38.
- Nord Stream 2, s.d. *Nord Stream 2 – Project*. Nord Stream 2 [em linha]. Disponível em: <https://www.nord-stream2.com/project/> [consultado em 16 de maio de 2019].
- Putin, V., 2006. Speech at Meeting with the G8 Energy Ministers. *President of Russia* [em linha], The Kremlin, 13:02, 16 de março. Disponível em: <http://en.kremlin.ru/events/president/transcripts/23488> [consultado em 5 de março de 2019].
- Romanova, T., 2014. Russian energy in the EU market: Bolstered institutions and their effects. *Energy Policy*, 74, pp. 44-53. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1016/j.enpol.2014.07.019> [consultado em 13 de julho de 2019].
- RT, 2016. Turkish Stream gas pipeline: Moscow & Ankara sign agreement in Istanbul. *RT* [em linha], 16:22, 10 de outubro. Disponível em: <https://www.rt.com/business/362279-gaz-prom-turkish-stream-pipeline/> [consultado em 10 de março de 2019].
- Shadrina, E., 2016. *Can Russia Succeed in Energy Pivoting to Asia?* Institute for Energy Markets and Policies. Disponível em: http://www.eppen.org/en/resim/haber_resim/EPPEN16.Elena.Shadrina.pdf [consultado em 11 de março de 2019].
- Silva, A. C., 2007. A Segurança Energética da Europa. *Nação e Defesa*, n.º 116, pp. 31-72.
- Sovacool, B. K., ed., 2015. *The Routledge Handbook of Energy Security*. Londres/Nova Iorque: Routledge.
- UE-Rússia, 2013. *Roadmap EU-Russia Energy Cooperation until 2050* [pdf], Bruxelas, março. Disponível em: https://ec.europa.eu/energy/sites/ener/files/documents/2013_03_eu_russia_roadmap_2050_signed.pdf [Consultado em 10 de outubro de 2019].

- UE-Rússia, 2012. *Conclusions of the 4th Meeting of the EU-Russia Gas Advisory Council* [pdf], Bruxelas, 20 de julho. Disponível em: https://ec.europa.eu/energy/sites/ener/files/documents/gas_conclusions_four_meeting.pdf [consultado em 16 de outubro de 2019].
- UE-Rússia, 2011a. *EU-Russia Gas Advisory Council: Rules of procedure* [pdf], Viena, 17 de outubro. Disponível em: https://ec.europa.eu/energy/sites/ener/files/documents/2011_10_18_rules_of_procedure_final.pdf [consultado em 14 de outubro de 2019].
- UE-Rússia, 2011b. *Conclusions of the first meeting of the EU-Russia Gas Advisory Council* [pdf], Viena, 17 de outubro. Disponível em: https://ec.europa.eu/energy/sites/ener/files/documents/20111017_gac_conclusions.pdf [consultado em 13 de outubro de 2019].
- UE-Rússia, 2011c. *Memorandum on a Mechanism for Preventing and Overcoming Emergency Situations in the Energy Sector within the Framework of the EU-Russia Energy Dialogue (Early Warning Mechanism)* [pdf], Bruxelas, 24 de fevereiro. Disponível em: https://ec.europa.eu/energy/sites/ener/files/documents/20110224_memorandum.pdf [consultado em 16 de outubro de 2019].
- UE-Rússia, 2010a. *EU-Russia Energy Dialogue – Joint Report EU-Russia Energy Dialogue 2000-2010: Opportunities for our future Energy Partnership* [pdf]. Bruxelas/Moscovo. Disponível em: <http://www.enpi-info.eu/library/sites/default/files/attachments/2010-11-report-10thtanniversaryfinal.pdf> [consultado em 13 de outubro de 2019].
- UE-Rússia, 2010b. *Report 2010 (Second Half 2008 – Second Half 2010)* [pdf]. EU-Russia Energy Dialogue, Thematic Group on Energy Efficiency. Disponível em: https://ec.europa.eu/energy/sites/ener/files/documents/2010_energy_efficiency_report.pdf [consultado em 14 de outubro de 2019].
- UE-Rússia, 2009a. *EU-Russia Energy Dialogue – The Tenth Progress Report* [pdf]. Moscovo. Disponível em: http://www.enpi-info.eu/library/sites/default/files/attachments/progress10_en_0.pdf [consultado em 13 de outubro de 2019].
- UE-Rússia, 2009b. *Memorandum on an Early Warning Mechanism in the Energy Sector within the Framework of the EU-Russia Energy Dialogue* [pdf], Moscovo, 16 de novembro. Disponível em: https://ec.europa.eu/energy/sites/ener/files/documents/2009_11_16_ewm_signed_en_0.pdf [consultado em 15 de outubro de 2019].
- UE-Rússia, 2008. *EU-Russia Energy Dialogue – Ninth Progress Report*. Paris [pdf]. Disponível em: http://www.euneighbours.eu/library/sites/default/files/attachments/progress9_en.pdf [consultado em 13 de outubro de 2019].
- UE-Rússia, 2007. *EU-Russia Energy Dialogue – Eighth Progress Report* [pdf]. Bruxelas/Moscovo. Disponível em: http://www.enpi-info.eu/library/sites/default/files/attachments/progress8_en.pdf [consultado em 13 de outubro de 2019].
- UE-Rússia, 2006a. *EU-Russia Energy Dialogue – Seventh Progress Report* [pdf]. Bruxelas/Moscovo. Disponível em: http://www.enpi-info.eu/library/sites/default/files/attachments/progress7_en.pdf [consultado em 13 de outubro de 2019].
- UE-Rússia, 2006b. *EU-Russia Energy Dialogue – Thematic Group on Energy Efficiency: Final report of the Thematic Group on Energy Efficiency of the EU-Russia Dialogue* [pdf]. Disponível nos arquivos da Direção-Geral da Energia – Comissão Europeia.

- UE-Rússia, 2005. *EU-Russia Energy Dialogue – Sixth Progress Report* [pdf]. Bruxelas/Moscovo. Disponível nos arquivos da Direção-Geral da Energia, Comissão Europeia.
- UE-Rússia, 2004. *EU-Russia Energy Dialogue – Fifth Progress Report* [pdf]. Bruxelas/Moscovo. Disponível nos arquivos da Direção-Geral da Energia, Comissão Europeia.
- UE-Rússia, 2003. *EU-Russia Energy Dialogue – Fourth Progress Report* [pdf]. Bruxelas/Moscovo. Disponível nos arquivos da Direção-Geral da Energia, Comissão Europeia.
- UE-Rússia, 2002a. *EU-Russia Energy Dialogue – Second Progress Report* [pdf]. Bruxelas/Moscovo. Disponível nos arquivos da Direção-Geral da Energia, Comissão Europeia.
- UE-Rússia, 2002b. *EU-Russia Energy Dialogue – Third Progress Report* [pdf]. Bruxelas/Moscovo. Disponível nos arquivos da Direção-Geral da Energia, Comissão Europeia.
- UE-Rússia, 2001. *EU-Russia Energy Dialogue – Synthesis Report*. Bruxelas/Moscovo. Disponível nos arquivos da Direção-Geral da Energia, Comissão Europeia.
- Umbach, F., 2010. Global energy security and the implications for the EU. *Energy Policy*, 38(3), pp. 1229-1240. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1016/j.enpol.2009.01.010> [consultado em 11 de maio de 2019].
- Yergin, D., 1988. Energy Security in the 1990s. *Foreign Affairs*, 67(1), pp. 110-132.
- Yergin, D., 2006. Ensuring Energy Security. *Foreign Affairs*, 85(2), pp. 69-82.